

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



CT-AS: CÂMARA TÉCNICA DE ÁGUAS SUBTERRÂNEAS

Ata da 85ª Reunião Ordinária da CT-AS - 29/02/2024- 09h00

Reunião por videoconferência – *Google Meet*

Membros presentes	
Entidade	Representante
ABAS	Didier Gastmans (T)
AEEAV	Helio Bortoletto Júnior (S)
BRK Ambiental Limeira	Nilto Candido Faustino (T) Matheus de Lima Silva (S)
CATI	Ricardo Stipp Paterniani (T)
Consórcio Piraf	Francisco Antonio Moschini (T)
CPRM/SBG	Andréa Segura Franzini (T)
DAE Jundiá	Rosemeire Aparecida Moreira (T) Talita Rodrigues (S)
DAEE	Júlia Octaviano Noale (T) Deborah do Valle Nuvens Lunardi (S) Graziela Lopes Bertolino (S)
Edisonda	Sara Giandomingo (T) Jeanny Mary Danvanzo (S) Letícia dos Santos Daleffe (S) Ygtea Ciriano Castellano (S)
Fundação Florestal	Luciano Salmar Taveira (T)
GAEMA PCJ	Alexandra Faccioli Martins (C)
INEVAT	Francisco Antonio Moschini (T)
IPEL	William Barroso (S)
IPT	José Luiz Albuquerque Filho (T) Nádia Franqueiro Corrêa (S)
P.M de Itatiba	Rogério Henrique Selicani (S)
P.M de Jaguariúna	Paulo Roberto Iamarino (T)
P.M. de Limeira	Juvenal Soares de Araújo Neto (S)
P.M de Salto	Bruno Ramos (T)
SAA	Ricardo Stipp Paterniani (T)
SABESP	Mariza Fernanda da Silva (T) Manoel Ricardo Bueno da Silva (S)
UNESP/CEA	Didier Gastmans (T)
UNICAMP	Ana Elisa Silva de Abreu (T)

Membros ausentes	
Entidade	
ASSEMAE	
CIESP – DR Bragança Paulista	
DAAE Rio Claro	
FRC Ambiental	
Geoblue	
IPA	
P.M. de Louveira	
P.M. de Rio Claro	
SANASA	
SANEBAVI	

Demais presentes	
Entidade	Representante
Agência das Bacias PCJ	Aline Sebuske
	Diego Soares
	Rebeca Silva
CEPAS/USP	Antônio Pinhatti
Novaes Engenharia	Ana Oliveira
	André Figols
UNICAMP	Luciana Cordeiro de Souza Fernandes
YPÊ-Salto	Jéssica Glisotte

(T) - Titular (S) - Suplente (C) - Convidado

Aos vinte e nove dias do mês de fevereiro de 2024, realizou-se por meio de videoconferência na plataforma *Google Meet*, a 85ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Águas Subterrâneas (CT-AS) dos Comitês PCJ. **1. Pauta:** A pauta e a convocação da reunião foram enviadas aos presentes por meio de mensagem eletrônica, em 22 de fevereiro de 2024. **2. Abertura da 85ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Águas Subterrâneas:** A abertura da reunião foi realizada pela coordenadora da CT-AS, Sra. Mariza Fernanda da Silva, representante da Companhia de Saneamento Básico de São Paulo (SABESP), que agradeceu a presença de todos e informou aos presentes a existência de quórum qualificado para o início da reunião. Na sequência, foi passado um vídeo elaborado pela Agência das Bacias PCJ com orientações gerais, registro de presença e outras ações para participação durante a reunião. A Sra. Mariza apresentou a pauta da reunião e informou aos membros que seria necessário a antecipação do item de “Informes” a ser pautado logo após a apresentação do palestrante convidado. **3. Aprovação da minuta de Ata da 84ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Águas Subterrâneas, realizada em 01/12/2023:** Em seguida, informou que foi feito o envio aos membros, da minuta de ata da reunião anterior, por mensagem eletrônica junto da convocação, conforme prazo regimental. Na sequência, questionou a necessidade de leitura, sendo dispensada por todos. Também abriu espaço para manifestações sobre o conteúdo. Não havendo, submeteu aos membros para aprovação a minuta de ata da 84ª

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



CT-AS: CÂMARA TÉCNICA DE ÁGUAS SUBTERRÂNEAS

Ata da 85ª Reunião Ordinária da CT-AS - 29/02/2024- 09h00

Reunião por videoconferência – *Google Meet*

Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Águas Subterrâneas, sendo aprovada por unanimidade. **4. Palestra: “Por que existem tantos poços irregulares no Brasil?” – Palestrante: Antonio Pinhatti - Centro de Pesquisas de Águas Subterrâneas – Universidade de São Paulo (CEPAS-USP):** O Sr. Antonio Pinhatti iniciou comentando que o tema desta palestra: “Por que existem tantos poços irregulares no Brasil?”, foi o tema de defesa de sua tese de doutorado no Centro de Pesquisas de Águas Subterrâneas da Universidade de São Paulo (CEPAS-USP), sob orientação do Prof. Ricardo Hirata e a apresentação é baseada nos resultados da pesquisa (que pode ser acessada através do [link](#)). Primeiramente, falou sobre a importância da água subterrânea e a gestão desproporcional à sua importância, citando que se estima, que no Brasil, pelo menos 70% (setenta por cento) dos poços são clandestinos, portanto, irregulares. Explicou que os poços irregulares também podem ser chamados de “poços clandestinos”, “poços não cadastrados”, “água não autorizada”, “roubo de água”, “apropriação indébita” e “poço ilegal” e que esta situação, não é um problema só do Brasil, havendo poços irregulares em muitos países, muitos deles em áreas de escassez de água. Seguiu, apresentando os impactos devido ao uso não controlado da água subterrânea, como: a) impactos socioeconômicos; b) impactos sobre o meio ambiente e c) impactos sobre a gestão de recursos hídricos, e que acabam levando a superexploração, que vem a causar: i. depleção ou até exaustão do aquífero; ii. aumento de custos de extração das águas; iii. indução de problemas ecológicos, geotécnicos e de contaminação dos recursos hídricos e iv. problemas de equidade social. Após, explicou que o trabalho desenvolvido, tinha como objetivo identificar os fatores motivadores ou facilitadores dos usos irregulares das águas subterrâneas no Brasil e propor ações mitigadoras capazes de reduzir as irregularidades e otimizar o uso regular e racional das águas subterrâneas. Em seguida, falou sobre a necessidade de se sair de um ciclo vicioso, em que há falta de consciência e de conhecimento do usuário e falta de fiscalização, gerando mais conflitos, para se passar a um ciclo virtuoso, onde há consciência e conhecimento

do usuário e fiscalização, realizando-se assim, uma boa gestão das águas subterrâneas. A seguir, apresentou um mapa mostrando o tipo de manancial utilizado para abastecimento dos municípios (superficial, subterrâneo ou misto) do estado de São Paulo, sendo possível visualizar que grande parte do estado é abastecido por águas subterrâneas ou misto e que há uma dependência bastante grande deste tipo de abastecimento no território paulista. Seguiu a apresentação, com um resumo da evolução das legislações e normativas do estado de São Paulo, mostrando seu pioneirismo na gestão de águas subterrâneas, e comentou algumas delas. Em seguida, apresentou dados de um questionário realizado durante sua pesquisa com o seguinte tema: “Poços irregulares - das motivações às possíveis correções”, onde o principal motivo elencado pelos respondentes para a existência de poços irregulares, foi a falta de fiscalização. O Sr. Antonio Pinhatti, citou então, alguns motivos relacionados à falta de fiscalização, e passou para os demais itens citados para a existência de poços irregulares, sendo eles: a) a existência de empresas que perfuram os poços sem a devida licença de execução; b) a falta de conhecimento técnico e legal do usuário sobre a água subterrânea; c) a vantagem econômica e d) ter um poço irregular é um ilícito menor. Em seguida, citou alguns mecanismos que poderiam ser utilizados para reduzir o uso irregular da água subterrânea, sendo: a) fiscalização efetiva; b) conscientização (do usuário e do perfurador) e c) benefícios (para usuários regulares e perfuradores), e então, apontou alguns pontos que poderiam ser implementados e alterados para cada um desses mecanismos. Encerradas as explicações, foi aberto um momento para manifestações dos membros, sendo esclarecidas pelo Sr. Antonio. A Sra. Alexandra Faccioli Martins, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Meio Ambiente do Ministério Público do Estado de São Paulo (GAEMA-PCJ/MPSP), parabenizou a apresentação do Sr. Pinhatti e comentou que o MPSP tem acompanhado a situação da regularização dos poços nas Bacias PCJ, onde há um histórico de muitos problemas e ainda tendo muitos desafios pela frente, sendo necessário que realmente seja realizado um trabalho contínuo, com políticas

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



CT-AS: CÂMARA TÉCNICA DE ÁGUAS SUBTERRÂNEAS Ata da 85ª Reunião Ordinária da CT-AS - 29/02/2024- 09h00 Reunião por videoconferência – *Google Meet*

permanentes de acompanhamento e fiscalização. A Sra. Mariza, agradeceu novamente ao palestrante, Sr. Antonio Pinhatti, pela apresentação e deu continuidade aos itens de pauta. **5. Informes:** A Sra. Mariza passou para os informes: **5.1. da Coordenação: a)** A Sr. Mariza, comentou sobre o Projeto de Porte Médio (PPM): Implementação do Programa de Ações Estratégicas do Sistema Aquífero Guarani (SAG): Facilitando Ações Regionais, um projeto dos países do SAG - Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, executado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), implementado pelo Banco de Desenvolvimento da América Latina e Caribe (CAF), com apoio do Fundo para o Meio Ambiente Mundial - FMAM/GEF. Trata-se de um projeto "ponte" que visa à preparação de um novo projeto voltado para a implementação das ações contidas no Programa de Ações Estratégicas atualizado. Essas ações foram desenvolvidas e aprovadas pelos quatro países, concebidas a partir de um intenso processo participativo, que envolveu diferentes atores institucionais, jurisdicionais e sociais comprometidos com a proteção e o uso sustentável do recurso, tanto no âmbito nacional quanto na região do Guarani. No Brasil, a coordenação do projeto é realizada pelo Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), pela Geóloga Claudia Ferreira Lima. Em seguida, passou a palavra para o Sr. José Luiz Albuquerque Filho, representante do Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT), participante do projeto como representante do Estado de São Paulo, o qual explicou um pouco sobre o projeto e esclareceu algumas dúvidas. A Sra. Andrea Segura Franzini, representante do Serviço Geológico do Brasil (CPRM/SGB), informou que sua entidade também está participando do projeto e fez algumas complementações à fala do Sr. José Luiz. Mais informações sobre o projeto podem ser consultadas no [link](#); **b)** A Sra. Mariza informou a respeito da Pesquisa sobre Conflitos relacionados às Águas Subterrâneas, desenvolvida pela Profa. Dra. Luciana Cordeiro de Souza Fernandes, representante da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Projeto FAPESP (2023/03913-6) em execução nos municípios de Agudos/SP, Bauru/SP e Piratininga/SP, que dentre suas

etapas, propõe a elaboração de minuta de lei para proteção de áreas de recarga do Sistema Aquífero Guarani (SAG), a qual, se efetuada, poderá servir de paradigma para outros municípios em área de recarga do SAG e auxiliará no processo de identificação dos conflitos relacionados ao uso das águas subterrâneas para aplicação do *ToolBox* da GWP (Gestão integrada dos recursos hídricos (GIRH), e oferecerá subsídios para elaboração de uma minuta de lei protetiva para as áreas de recarga do SAG. Em seguida, passou a palavra para a Sra. Luciana, que explicou um pouco sobre o projeto e convidou aos interessados, para entrarem em contato por meio do *e-mail*: aguasubfapesp@gmail.com; **5.2. dos Membros:** A Sra. Mariza questionou aos membros sobre informes e não havendo manifestações, deu continuidade para os informes da Secretaria Executiva; **5.3. da Secretaria Executiva:** A Sra. Rebeca Silva, da Equipe de apoio às Câmaras Técnicas da Secretaria Executiva dos Comitês PCJ (SE/PCJ), deu início aos informes da SE/PCJ, sendo: **a) Exclusão de membros (entidades):** a Sra. Rebeca explicou que com a revogação da Deliberação Conjunta *Ad Referendum* dos Comitês PCJ nº 113/20, pela Deliberação dos Comitês PCJ nº 421/22, foi retomada a contabilização de frequência das entidades para fins de exclusão, a partir de outubro/22. O Regimento Geral das Câmaras Técnicas ([Deliberação dos Comitês PCJ nº 362/21](#)), determina que serão excluídos das CTs que se reúnem bimestralmente, os membros para os quais se registre número de faltas superior a duas consecutivas ou quatro alternadas. Nesse sentido, foram excluídas as seguintes entidades da CT-AS: P.M. de Analândia, P.M. de Campinas e Química Amparo. A entidade excluída só poderá voltar a participar da CT, como membro, no próximo mandato; **b) Capacitação dos membros dos Comitês PCJ:** destacou a demanda de incentivar os membros das Câmaras Técnicas a capacitarem-se, visando o aperfeiçoamento das discussões dos Comitês PCJ e em atendimento às metas do Programa Nacional de Fortalecimento dos Comitês de Bacias Hidrográficas (PROCOMITÊS), da [Deliberação CRH nº 248, de 18/02/21](#), que aprovou a metodologia de distribuição dos recursos financeiros do Fundo Estadual de Recursos

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



CT-AS: CÂMARA TÉCNICA DE ÁGUAS SUBTERRÂNEAS

Ata da 85ª Reunião Ordinária da CT-AS - 29/02/2024- 09h00

Reunião por videoconferência – *Google Meet*

Hídricos (FEHIDRO) e do Planejamento Estratégico dos Comitês PCJ. A principal orientação é que sejam cursos na temática de meio ambiente e recursos hídricos, com realização a partir do ano de 2024. Foram citados como exemplo os cursos do Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Estado de São Paulo (Capacita-SigRH), também sendo aceitos certificados de cursos de especialização, fomentados ou não pelos Comitês PCJ ou outros cursos de capacitação técnica. Também destacou a atualização do portal de Capacitação da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) em parceria com a Escola Virtual de Governo (EV.G), com a incorporação dos conteúdos da ANA no catálogo de cursos disponíveis na plataforma da EV.G e seguiu informando passo a passo para a navegação e acesso dos temas de interesse. Complementarmente, orientou que o certificado do curso deve ser enviado para o *e-mail* da Secretaria Executiva. Ainda como forma de incentivo, parabenizou os representantes de membros pela capacitação e entrega de certificados à SE/PCJ em 2023: Sra. Mara Letelian Leite Reis e Sr. Ricardo Ferreira Abdo; **c) Custeio de despesas de viagem aos membros dos Comitês PCJ:** lembrou aos membros que a próxima reunião da CT-AS será presencial, nesse sentido, os membros podem solicitar o custeio de despesas para participação das reuniões, conforme estabelecido pela [Deliberação dos Comitês PCJ nº 282/17](#) e suas alterações. A concessão de diárias para participação em atividades dos Comitês PCJ destina-se ao pagamento de despesas com alimentação, hospedagem e locomoção urbana no local de destino. As diárias são disponibilizadas para: i. membros representantes de organizações civis (exceto empresas privadas); ii. Membro de entidade associativa representativa de usuários de recursos hídricos; iii. Coordenador e coordenador-adjunto das Câmaras Técnicas dos Comitês PCJ; iv. pessoa física sem vínculo ou representação nos Comitês PCJ convidada a palestrar. É necessário que a solicitação ocorra no prazo de até 5 (cinco) dias antes da reunião, com anexo de documentos que justificam a necessidade da viagem, tais como convocação e pauta da reunião. Para reuniões plenárias, o prazo para solicitação de diária é de até 8 (oito) dias

antes da reunião. Após o retorno da viagem é necessário a prestação de contas em até 10 (dez) dias, sendo anexados os comprovantes de comparecimento (cartões de embarque, passagens terrestres, registros fotográficos, certificado de participação, crachá, entre outros) – em que se destaca que o registro de imagem da lista de presença da reunião é de responsabilidade do representante custeado. As diárias não serão concedidas se: i. as despesas forem realizadas no município de residência do solicitante; ii. o membro estiver com entrega do relatório de viagem pendente; iii. em caso de membros da coordenação: não estar em dia com a entrega de listas de presenças e atas aprovadas de reuniões ordinárias e extraordinárias; iv. membro que estiver com pendências com cursos financiados pela Agência PCJ; v. membro que tenha reembolso de outras fontes de recursos. Solicitações e informações devem ser remetidas ao setor de Custeio da Agência das Bacias PCJ: custeio@agencia.baciaspcj.org.br ou (19) 3437-2100 opção 2. As deliberações com as regras específicas para solicitação do custeio, bem como os modelos de documentos para envio, estão disponíveis no site dos Comitês PCJ, pelo [link](#). **d) Próximas reuniões dos Comitês PCJ:** em seguida, foi informada as próximas reuniões agendadas das Plenárias dos Comitês PCJ, a qual a participação não é obrigatória para os que não forem membros, ficando o convite aberto aos que queiram participar como ouvintes, sendo: **i.** 92ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL), no dia 08/03/2024, presencialmente na Faculdade de Tecnologia da Universidade Estadual de Campinas (FT-UNICAMP), em Limeira/SP, às 09h30; **ii.** 31ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ (CBH-PCJ, PCJ FEDERAL, CBH-PJ1) no dia 05/04/24 às 9h00, no formato virtual, com transmissão ao vivo no canal da [Secretaria Executiva no YouTube](#); **e) Próximos eventos dos Comitês PCJ:** informou que a Câmara Técnica de Educação Ambiental (CT-EA), dos Comitês PCJ, realizará a 2ª Edição do Movimento “Jovem, vem para o PCJ!”, previsto para acontecer de forma presencial na Universidade São Francisco (USF), em Bragança Paulista/SP, no dia 13/03/2024, das 8h às 13h30. As inscrições podem ser realizadas pelo [link](#); **f)**

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



CT-AS: CÂMARA TÉCNICA DE ÁGUAS SUBTERRÂNEAS

Ata da 85ª Reunião Ordinária da CT-AS - 29/02/2024- 09h00

Reunião por videoconferência – *Google Meet*

News Comitês PCJ: Convidou os membros para acessar a [Newsletter Comitês PCJ](#), um portal desenvolvido pela Assessoria de Comunicação da Agência das Bacias PCJ, com a atualização periódica de notícias da atuação dos Comitês PCJ e de suas Câmaras Técnicas; **g) Próxima reunião da CT-AS:** Em seguida, foi informada sobre a próxima Reunião Ordinária da CT-AS, prevista para 18/04/2024, às 9h30, na Associação de Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos de Valinhos (AEAAV), em Valinhos/SP. **6. Aprovação do Plano de Trabalho CT-SA 2024-2025:** Na sequência, a Sra. Mariza, informou que a minuta do Plano de Trabalho da CT-AS para o biênio 2024-2025 foi enviada previamente a todos os membros junto da convocação. Uma primeira versão da minuta foi apreciada durante a reunião ordinária de outubro/23 e posteriormente também por *e-mail*, em que, após as verificações da Secretaria Executiva e diretoria da Agência das Bacias PCJ, retorna à CT-AS para aprovação final. Abriu espaço para manifestações sobre o conteúdo. Não havendo, colocou em votação a minuta do Plano de Trabalho da CT-AS (2024-2025) sendo aprovado por unanimidade. **7. Aprovação de novo membro:** A Sra. Mariza, passou a palavra para a Sra. Rebeca, a qual informou que em atendimento ao Regimento Geral das Câmaras Técnicas, aprovado por meio da [Deliberação dos Comitês PCJ nº 362/21, de 30/03/2021](#), entidades interessadas podem ingressar como membro a qualquer momento nas Câmaras Técnicas dos Comitês PCJ bastando para isso seu ingresso ser apreciado e aprovado pelos demais membros da CT, quando a solicitação ocorrer fora do período de renovação das Câmaras Técnicas. Em seguida, informou que a Secretaria Executiva recebeu um ofício em 24/01/24, da YPÊ-Salto, solicitando a inclusão como membro na CT-AS, tendo como seus representantes a Sra. Jéssica Danielly dos Reis Glisotte (titular) e a Sra. Maira Gomes Bueno de Avila (suplente). Em seguida, passou a palavra para a Sra. Mariza, que submeteu aos membros a inclusão da entidade, sendo aprovada por unanimidade o ingresso da YPÊ-Salto como membro da CT-AS. Após a aprovação, foi passada a palavra para a representante titular, Sra. Jéssica Glisotte, para que pudesse se apresentar. **Outros Assuntos:** A Sra.

Alexandra Faccioli Martins, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Meio Ambiente do Ministério Público do Estado de São Paulo (GAEMA-PCJ/MPSP), citou sua preocupação com a questão da definição das áreas de restrição e de controle, um estudo de longa data, do qual tem acompanhado as discussões e que a última informação recebida foi que o Termo de Referência (TR), havia retornado à CT para reavaliação e eventuais complementações e esclarecimentos. Questionou a área contemplada, justificando ser uma área menor do que a área que os estudos categorizam como áreas de restrição e controle e para pontos de atenção e indagou quando o TR estará concluído, pedindo agilidade no assunto. Em resposta, a Sra. Mariza e a Sra. Deborah informaram que o TR revisado com as devidas alterações havia sido encaminhado para a Coordenação de Projetos da Agência das Bacias PCJ e que na semana anterior a esta reunião, os havia questionado com relação ao andamento, sendo informada que as informações referentes a ele seriam passadas pela diretoria em apresentação durante reunião da CT. **8. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, a Sra. Mariza Fernanda da Silva, coordenadora da Câmara Técnica de Águas Subterrâneas (CT-AS), agradeceu a presença de todos, e deu por encerrada a reunião.

Mariza Fernanda da Silva
Coordenadora da CT-AS

Deborah do Valle Nuvens Lunardi
Coordenadora-adjunta da CT-AS